



## FEMINISMO NEGRO: LÉLIA GONZALES E ANGELA DAVIS COMO ANTÍGONAS NEGRAS

Lorena Silva O. Liveira

Universidade Federal de Uberlândia

lorenafilosofiaufu@yahoo.com.br

EIXO IV- Identidade, Negritude e Genero

Nós negros estamos na lata do lixo da sociedade brasileira, pois assim o determina a lógica da dominação. Exatamente porque temos sido *falados*, *infantilizados* [...], que neste trabalho assumimos nossa própria *fala*. Ou seja, o lixo vai falar e, numa boa.  
Lélia Gonzalez

**Resumo:** A partir das inquietações surgidas durante a leitura da obra *Antígona* de Sófocles analisado a partir da obra *O Clamor de Antígona* da filósofa e feminista Judith Butler, este trabalho tem como objetivo apresentar Lélia Gonzales e Angela Davis como duas personagens da história que, assim como Antígona, demonstraram que as mulheres negras tem voz, afrontando as normas de seus tempos e podendo, assim, serem interpretadas como Antígonas Negras do Movimento Feminista Negro. Para isso, devido às características do trabalho, iremos refletir sobre as particularidades do Feminismo Negro e através desta reflexão buscar-se-á fazer uma análise ontológica sobre "Ser Mulher Negra" na sociedade brasileira, evidenciando que há uma disparidade entre Ser mulher branca e Ser mulher negra em nosso país. Por fim, apresentaremos Lélia e Angela Davis como mulheres negras que utilizaram, durante suas vidas, uma performatividade que as permitem ser interpretadas como Antígonas, pois agiram, utilizaram suas vozes e quebraram paradigmas, sobretudo por serem negras.

Palavras-chave: Mulheres negras. Feminismo. Gênero.

### Introdução

A partir das inquietações surgidas da leitura da obra *Antígona* de Sófocles a partir de Judith Butler, este trabalho tem como objetivo apresentar Lélia Gonzales e Angela Davis como as Antígonas negras do movimento feminista negro. As reflexões sobre Antígona enquanto uma mulher que foi retomada por teóricas e militantes



feministas contemporâneas, como um exemplo de revolta das mulheres na luta contra o Estado e toda forma de opressão, fizeram-me refletir, como Butler, sobre os esforços feministas das negras mulheres durante toda a História.

Para Butler, Antígona é vista pela literatura como “princípio do desafio feminino ao estatismo e um exemplo de antiautoritarismo.” (BUTLER, 2014, p. 17). Ela é uma figura feminina que desafia o Estado através de uma série de poderosos atos físicos e linguísticos, e seus atos transgridem as normas de gênero, uma vez que ela age! E seu agir é um agir mediado por algo que nos fora sempre negado e considerado pertencente ao masculino: a fala, o discurso.

Antígona, portanto, é uma mulher que subverte a Lei ao enterrar seu irmão sem o consentimento do seu tio Creonte - representante do Estado. Ela afronta em nome dos seus ideais e de leis não escritas que, para ela, não havia Estado que a impediria de cumprir o seu dever de enterrar os seus e por isso arriscaria até sua vida, pois sem direitos (voz), morria em vida. O ato de enterrar e a rebeldia verbal de Antígona fizeram-na ser considerada masculina pelo coro, por Creonte e pelos mensageiros. Butler salienta que Antígona,

(...) acaba agindo de formas que são consideradas masculinas não apenas porque ela desafia a lei, mas também porque ela assume a voz da lei ao cometer seu ato contra esta [...] Antígona se afirma a si mesma apropriando-se da voz do outro, aquele a quem ela se opõe; assim, sua autonomia é conquistada através da apropriação da voz autorizada daquele a quem resiste, uma apropriação que traz consigo traços de uma simultânea recusa e assimilação dessa própria autoridade. (BUTLER, 2014, p. 29-30).

Assim, Antígona ao afrontar Creonte (Estado) não negando seu ato e utilizando da fala, buscando falar de dentro da esfera política, utiliza-se de uma performatividade considerada masculina para que seu dizer chegue aos ouvidos de Creonte. Ela se desloca e se apropria de uma performatividade que não é sua, para poder Ser! Para poder existir enquanto mulher na esfera pública. No entanto, cabe pensar: quantas Antígonas existem e existiram na História? Quantas mulheres que ousaram enfrentar os paradigmas falocêntricos em defesa do seu Ser Mulher? As mulheres brasileiras por muitos anos não possuíram igualdade de direitos e deveres em relação aos homens.



Eram subalternizadas e consideradas dependentes, incapazes. Sendo assim, não possuíam o poder do discurso. Sobretudo, as mulheres negras no Brasil, pois durante toda a história nos fizeram crer que nunca possuíam, verdadeiramente, vez muito menos VOZ.



Ao refletir sobre estas questões, voltei ao lugar de mulher negra e em minha mente localizei diversas Antígonas que a história eurocêntrica não registrou. Mulheres negras que afrontaram o Sinhozinho, a Sinhazinha, os troncos, as humilhações, a Polícia e, sobretudo o Estado. Mulheres que a história não registrou, mas que são para as mulheres negras em movimento, fonte de inspiração, referências na luta diária contra o racismo e o sexismo.

Luiza Mahin, Zeferina, Dandara de Palmares, Aqualtune, Acotirene, Anastácia, Nzinga, Lélia Gonzales, Ângela Davis, Luiza Bairos entre tantas outras mulheres negras, que assim como Antígona de Sófocles, são faróis para o movimento feminista negro, pois foram mulheres que agiram! Afrontaram! Realizaram deslocamentos no âmbito prático e do discurso, contra toda forma de submissão e subalternização da mulher negra, que historicamente é desqualificada, objetificada e invisibilizada pela sociedade.

Neste ínterim, buscarei neste trabalho enquanto aluna, mulher e militante negra, fazer uma reflexão sobre como as mulheres, em especial as mulheres negras que, assim como Antígona, afrontaram; buscaram ter voz e agiram contra a opressão de gênero, raça e classe, na sociedade brasileira. Saliento que, apesar de fazer uma reflexão sobre o movimento feminista negro, não tenho a pretensão de desconsiderar a importância da luta e do movimento das mulheres brancas durante toda história, mas tenho o dever de demonstrar que nós, mulheres negras, sofremos uma tríplice opressão, sendo ela de: gênero, raça e classe. Logo, é do meu lugar que falo e considero este lugar mais apertado e doloroso. Além do mais, não posso falar por todas as feministas. Somos um movimento diverso e em constante construção. Por isto, localizarei meu discurso.

### **FEMINISMO NEGRO: a Mulher Negra e suas particularidades**

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou eu uma mulher? Olhem pra mim? Olhem para meus braços! Eu arrei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou eu uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto um homem-desde que eu tivesse oportunidade



para isso- e suportar o açoite também! E não sou eu uma mulher? Eu pari  
treze filhos e vi a maioria ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei  
com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou eu  
uma mulher?  
Sojourner Truth



Antes de apresentar as particularidades do movimento Feminista Negro, acredito ser necessário que façamos uma reflexão sobre Ser Mulher Negra.

Primeiramente, vale ressaltar que o movimento feminista fora criticado por considerar o signo *mulher* como universal. Ou seja, por tempos, o movimento feminista foi marcado por buscar representar *todas* as mulheres. Tal fato, não considerou que não existem mulheres iguais. Existem várias mulheres com variáveis necessidades e, sendo assim, dever-se-ia romper com a falsa universalidade que o signo mulher expressava dentro do movimento feminista, uma vez que, sendo diferentes mulheres, as pautas de reivindicações de algumas não corresponderiam sempre às necessidades de outras.

Teóricas feministas como Judith Butler, também consideraram um problema político a utilização do signo mulheres como uma identidade comum, pois para a mesma, a noção de gênero estabelece intersecções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas. Sendo assim, o gênero não é algo substantivo, delimitado. Ele é performativo e construído culturalmente. Avat Brah, socióloga, em consonância com a filósofa Butler, afirma que,

(...) nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro das relações de poder (...) O signo “mulher” tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero. Seu fluxo semiótico assume significados específicos em discursos de diferentes “feminilidades” onde vem a simbolizar trajetórias, circunstâncias materiais e experiências culturais históricas particulares. Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais. (BRAH, 2006 apud CASTRO, 2016, p. 4).

Desse modo, percebe-se que a forma universalizante do signo *mulheres* utilizado pelo movimento feminista, não representava as mulheres negras e indígenas, pelo fato que o movimento não era um movimento feminista plenamente interseccional, pois não conseguia compreender a importância de abarcar as questões raciais em suas reivindicações. Esta aparente dificuldade de abarcar as pautas das feministas negras, pode ser compreendida se analisar que o Movimento Feminista era dirigido e composto, em sua maioria, por mulheres brancas de classe média, que não conseguiam conceber as particularidades de Ser Mulher Negra na sociedade brasileira. E aqui, pode-se iniciar a reflexão sobre a disparidade existente entre Ser Mulher Negra e Ser Mulher Branca no Brasil.



Com Simone de Beauvoir aprende-se que “não se nasce mulher, mas se torna”, como também aprende-se com Butler e outras teóricas do feminismo que as identidades sexuais e de gênero são construídas a partir de uma heterossexualidade



normativa, imposta através de dispositivos culturais e políticos hegemônicos. Deste modo, o racismo é um desses dispositivos que implicam na constituição do Ser dos sujeitos negros. E assim, para pensarmos sobre Ser Mulher Negra, é preciso nos voltar ao período colonial e resgatarmos como as Mulheres Negras, desde lá, foram concebidas.

A mulher negra carrega uma herança colonial de desqualificação moral, intelectual e social. Esta herança, por sua vez, influenciou e influenciou no modo como concebemos a mulher negra na sociedade brasileira até hoje. Estigmas e estereótipos diversos foram associados a nós negras, buscando ratificar a ideia que sustentou a escravidão de que, pessoas negras, são objetos. Neste ínterim, Ser Mulher Negra no Brasil, infelizmente, ainda é ser concebida como um objeto, e ter esta percepção é essencial para compreender as particularidades do Feminismo Negro.

Em geral, as mulheres negras no Brasil são objetificadas, invisibilizadas ou carregadas de papéis estereotipados que, muitas vezes não condizem com a realidade vivida por muitas dessas mulheres. Na história de nosso país, pode-se evidenciar a veracidade desta proposição. Às mulheres negras sempre fora negado uma identidade enquanto mulheres que são sujeitos políticos que merecem respeito e representatividade positiva, como as mulheres não negras deste país.

A filósofa, antropóloga e feminista negra Lélia Gonzales, foi uma das principais intelectuais a investigar os estereótipos negativos construídos sobre a mulher negra, que as impossibilitaram e ainda impossibilitam de serem concebidas, como um Ser que merece ter sua humanidade reconhecida como tem a mulher branca.

Para Lélia Gonzales, sobre as mulheres negras repousam muitos estigmas, mas dentre todos eles, historicamente, quando estas são representadas, tais representações buscam reforçar o papel social, o lugar, que no imaginário social, estas mulheres ocuparam e, portanto são conduzidas a sempre ocuparem. Ou seja, Ser mulher negra estará sempre associado a três noções: *a doméstica*, *a mulata* e *a mãe preta*; noções que variarão apenas, dependendo do ponto de vista em que são analisadas, mas que influenciam extremamente no modo como concebemos o Ser destas mulheres.

Reflete-se a seguir, sobre como se dão estas associações e quais os prejuízos que as mesmas efetuam sobre as mulheres negras. No entanto, já deve-se ter em mente que



ser mulher negra é ocupar um lugar peculiar na sociedade brasileira, recortado por múltiplas injunções que se potencializam para dificultar a inserção social. Tanto



que ainda hoje, vincula-se a mulher negra a eternas domésticas, e este imaginário existe devido a *função da doméstica* advir da

(...) derivação da *mucamba*, denominação usual no período escravagista, originada "do quimbundo mu'kama 'amásia escrava". No contexto brasileiro, foi oficialmente redefinida, passando a ser conceituada, no dicionário, por 'escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que por vezes era ama-de-leite'. (CARDOSO, 2014, p. 975).

Logo, a permanência dessa atribuição "doméstica" estar interligada às mulheres negras advém deste passado recente, na qual a mulher negra (*mucamba*) era quem exercia as atividades que hoje cabem as domésticas. Deste modo, a doméstica atual é vista como a *mucamba* permitida na contemporaneidade, e este fato infelizmente condicionou a imagem da mulher negra - independente da classe social a que pertença hoje - ser, por excelência, reconhecida como a quem se deve atribuir a atividade doméstica. Tanto que, naturaliza-se ver as empregadas das novelas, e da sociedade serem majoritariamente negras e assusta-se quando, esporadicamente, vê-se uma mulher branca assumindo este papel.

Ademais, esta associação aos fazeres doméstico e aos trabalhos subalternos é comprovada quando verifica-se que as mulheres negras são consideradas "o estrato mais desvalorizado da população brasileira" (BARBOSA, 2009, p. 53), visto que o sistema patriarcal apoia-se sobre a superioridade masculina branca na seguinte escala de valores: o poder econômico, político, cultura e social é privilégio do homem branco, em seguida da mulher branca. Abaixo desta, encontra-se o homem negro e posteriormente a mulher negra, sendo ela, portanto, considerada a materialização da inferioridade.

As mulheres negras, deste modo, são vinculadas à subalternização, que por vezes, tende a querer anular suas capacidades, fazendo com que não se reconheça com naturalidade mulheres negras em condições sociais privilegiadas e concebe-se estas mulheres, *a priori*, como uma potencial doméstica, como se as possibilidades para a mesma conquistar outra profissão já fossem nulas, devido a sua herança colonial.

Cabe ressaltar que, esta contínua associação a trabalhos desvalorizados além de tudo, cria uma concepção de mundo que atingem essas mulheres e as fazem, muitas



vezes, concordarem e aceitarem que a elas cabem apenas estas funções, dada sua condição social e por vezes, seu nível de escolaridade; e que este imaginário é destruidor e perverso, pois está atravessado de sexismo e de racismo que, aliados, faz



com que as mulheres negras experimentem duplamente o sistema opressivo por meio da interseccionalidade de gênero e raça.

No que tange à associação da mulher negra à mulata, compreende-se que a anulação da Mulher Negra enquanto um Ser é perceptível de antemão, quando utiliza-se este conceito para referir a essas mulheres. Este conceito designa algo que "provêm da palavra mula, o animal estéril que nasce do cruzamento do jumento com a égua." (ALBUQUERQUE, 2006, p.206), logo, ele não visa referir a um Ser que tenha sua humanidade reconhecida, mas a pessoas que foram consideradas coisas, pois não eram nem brancas, nem negras.

Este conceito fora cunhado para designar as (os) filhas (os) de escravizadas com os europeus que, como fora dito anteriormente não eram reconhecidas (os) como humanas (os), pois não possuíam uma identidade estabelecida, mas possuíam sangue negro, o que de qualquer forma já as (os) tornavam objetivados, e por isto, passível a qualquer utilização pelo seu senhor. Cardoso mostra a concepção da mulher mulata que fora construído no imaginário social, demonstrando que este conceito, reduz a mulata a um objeto propício para relações sexuais, apenas.

Mulata é corpo, apenas, mas não qualquer corpo: o conjunto, que a caracteriza é formado por seios e bunda grandes e uma habilidade 'natural' para mexer sensualmente e eroticamente os quadris 'em movimentos ritmados, anunciando o convite para o sexo. Essas características são exclusivas das mulatas, da gente negra; mulheres brancas, conforme a representação social, não sabem rebolar 'naturalmente'. (CARDOSO, 2014, p. 977).

A mulher negra ao ser concebida e estereotipada como mulata é reduzida a um objeto sexual e este estereótipo a inferioriza, além de vendê-la como produto de exportação, pois o seu corpo é o alvo, o objeto a ser consumido pelos homens e turistas em sua exposição nos espetáculos do carnaval - momento único em que estas anônimas da vida social, tornam-se donas da atenção e dos olhares públicos sobre os seus corpos.

No entanto, esses olhares são momentâneos, pois as mulheres negras não conseguem estabelecer relações afetivas duradouras, especialmente com homens brancos, fato que também advém do período colonial, pois estas não são consideradas para casar. Elas trazem na pele a cor da inferioridade, logo, elas foram e ainda são



aceitas como mulheres boas para “farrear”. Por assim serem consideradas, elas no Carnaval são desejadas publicamente, mas despertam



(...) o desejo, livremente manifesto somente no Carnaval, porque tal sentimento se apresenta “acobertado” pelo espetáculo, mas no dia a dia, nas relações de trabalho e afetivas, o desejo dá passagem para a rejeição, a discriminação, o expurgo do outro racializado e inferiorizado. (CARNEIRO, 2014, p.978).

Assim, duplamente discriminada, por ser mulheres e ser negras em uma sociedade racista, o racismo e o sexismo sempre colocará obstáculos na vida das mulheres negras. Sempre trouxe o peso de uma dupla opressão, pois foram vítimas de um acontecimento histórico, a escravidão, que deixaram marcas e construiu concepções racistas e sexistas sobre o nosso ser, sobre quem são ou deveriam ser.

As associações que acima se expôs, fora somente para demonstrar o quão vulnerável são as mulheres negras em uma sociedade onde o seu Ser é anulado, uma vez que ela traz na raça e no gênero a materialização da inferioridade. Sua vida é nua, seu Ser é inexistente. E cabe refletir sobre como estas associações, que prevalecem no imaginário social, recai sobre a mulher negra? Como estas associações influenciam, sobretudo na formação do Ser desta mulher, pois as mesmas nascem imbuídas em um contexto que não as consideram como um Ser em sua plenitude, mas como um Ser Outro, desumanizado, o que contribuiu para justificar a opressão e o controle sobre essas mulheres, como também sobre a população negra.

Ao torná-las e representá-las como objeto, a humanidade lhe são retiradas e estas passam a serem compreendidas como um Ser Outro, como um “outro” objetificado, desumanizado na visão de Patrícia Hill Collins. No entanto, sou instigada, por vezes, a defender que as mulheres negras tendem a Não Ser, haja vista que, essas mulheres nunca são representadas e reconhecidas como uma mulher; são invisibilizadas, anônimas, só existem enquanto algo utilizável, ou seja, como empregada ou como objeto sexual; duas concepções que as reduzem a utensílios, instrumentos para se realizar algo, mas não são vistas como alguém, que possui humanidade, que sofre, que sente e pensa.

É como se fossem uma eterna *mãe preta*, pois espera-se sempre a resignação, a obediência, a mansuetude e a conformidade diante de situações de opressão e violência que cotidianamente, desde os tempos coloniais, são submetidas. São vistas como



mulheres que cabe se conformarem com a herança colonial que carregam, como se não houvesse possibilidades de mudanças. Como salienta Bell Hooks,

O sexismo e o racismo, atuando juntos, perpetuam uma iconografia de representação da negra que imprime na consciência cultural coletiva a idéia que ela esta neste planeta principalmente para servir aos outros. Desde a escravidão até hoje... (HOOKS, 1995, p.468).

A figura da mãe preta associada as mulheres negras, para Lélia Gonzales contribuiu para a construção da ideia de que as negras aceitam sem resistência as condições as quais estiveram e estão expostas. Cardoso reitera que para Lélia a,

‘mãe preta’ representa o esperado da mulher negra pela sociedade branca e classe media: resignação, passividade diante das situações de violência e opressão. A figura simpática, amorosa e inofensiva da mãe preta realiza a aceitação sem resistência do poder instituído, da escravidão, dissimulando, inclusive, os horrores do período escravista para as mulheres negras escravizadas e/ou libertas. A função desse estereótipo reside em negar o agenciamento das mulheres negras, ou seja, a sua existência histórica. (CARDOSO, 2014, p. 976).

É devido a estas associações, fruto da intersecção do racismo e do sexismo, que as mulheres negras nunca foram reconhecidas como sujeitos políticos, que assim como Antígona resistiram, afrontaram e agiram. Estas associações que sofrem devido à infeliz “herança colonial” tentou retirar de nós a humanidade, a visibilidade, como também a nossa voz. Neste ínterim, Ser Mulher Negra é buscar constantemente um reconhecimento existencial que ultrapasse a noção de ser apenas uma força produtiva, objetos propícios para a manutenção da vida dos demais, ou seja, é buscar não ser reduzidas a algo utilizável.

É neste sentido, que defende-se haver uma disparidade entre a forma como as negras são concebidas e representadas ao contrário das mulheres brancas que, pelo simples fato de serem brancas e não carregarem esta herança colonial, desde os primórdios da histórias possuíram e possuem diversos privilégios. O que não significa que não foram vítimas da opressão de gênero; no entanto, a mulher negra sofre o peso de uma tripla opressão: gênero + raça+ classe.



Mesmo com essas disparidades, as negras não permitiram serem vítimas da anulação social. As mulheres negras, apesar da tripla opressão, sempre lutaram buscando demonstrar que existem e que não aceitaram, como não aceitarão caladas a opressão de gênero e o racismo cotidiano. As mulheres negras buscaram ter voz, buscaram serem representadas, como também buscaram desconstruir e reconstruir o imaginário social de objetificação e inferioridade que sobre elas repousam.

Elas sempre agiram. Agiram tanto que não suportaram fazerem parte de um movimento feminista que não levasse em consideração, a dupla opressão que vivenciavam devidos às interseccionalidades existentes para além da classe. A falta da temática racial dentro do movimento feminista, como também dentro do movimento negro, fora a principal crítica endereçadas a estes segmentos feitas pelas negras feministas. Como Damasceno nos mostra, a principal crítica das mulheres negras,

centrava-se na falta de percepção, por parte do movimento feminista, da temática racial e sua importância para a identidade das mulheres negras atuantes no interior do feminismo. Esse fato foi crucial para que as ativistas negras brasileiras se mobilizassem e fundassem um movimento próprio, denominado por elas mesmas de 'feminismo negro'. (DAMASCENO, 2009, apud COELHO, 2015, p. 5).

Com a missão de representar as mulheres negras, com suas particularidades e demandas específicas, que não eram contempladas dentro dos demais movimentos sociais, o Movimento Feminista Negro fora criado nos anos de 1970. Estas mulheres, anteriormente, utilizaram como estratégia o tensionamento dentro do movimento feminista e do movimento negro, tendo em vista não permitirem que suas demandas fossem consideradas apêndices destes movimentos.

Elas buscaram evidenciar que um feminismo centrado apenas no gênero, ou nas diferenças sexuais não seria suficiente para explicar as contradições vividas pelas mulheres negras, pois às mulheres negras

(...) não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até o início do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado as bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégia para sobreviver e fazer frente



aos desafios cotidianos. (NEPOMUCENO, 2012 apud ASSIS, 2015, p. 4).

Como também, as mulheres negras lutaram dentro do próprio movimento negro contra o machismo, pois como apresenta Butler, vive-se em um sistema binário sexual que não é moralmente neutro, que privilegia, ainda que de maneira escamoteada, o homem heterossexual; e a mulher negra na escala social é vista como inferior também ao homem negro, logo, coube as negras feministas afrontarem o machismo dentro do próprio movimento, pois para Lélia Gonzales

(...) os próprios companheiros de luta, embora com uma consciência muito avançada sobre as questões de raça e classe, reproduziam todas as praticas sexistas da sociedade brasileira, no que dizia respeito às especificidades das mulheres negras, suas companheiras de militância. (CARNEIRO, 2014, p. 27).



Sendo assim, coube ao movimento feminista negro afrontar o sexismo, o classismo e o racismo, como também buscar reanimar a voz das mulheres que foram historicamente silenciadas, devido uma ordem patriarcal de gênero e pressupostos racistas. O Feminismo Negro buscou demonstrar que a voz das mulheres negras, mesmo com a opressão, ecoa desde África com Nzinga e permaneceu ecoando com nossas antepassadas Luiza Mahin, Zeferina, Dandara de Palmares, Aqualtune, Acotirene, Anastácia, entre tantas outras mulheres negras, que assim como Antígona de Sófocles, inspiraram e inspiram o Movimento Feminista Negro, sendo elas: Lélia Gonzales, Angela Davis e Luiza Bairros.

Deste modo, busca-se demonstrar como em tempos de liberdade – ainda que limítrofe –mulheres negras como Lélia Gonzales e Angela Davis conseguiram emitir suas vozes (quase sempre como um grito), nos permitindo reconhecê-las como Antígonas Negras, por terem utilizado estrategicamente uma performatividade, por vezes, considerada masculina, no entanto conseguiram transgredir o imaginário social de que a feminilidade não age politicamente, pois ambas buscaram ocupar a esfera política, conseguindo serem ouvidas e respeitadas.

### **Lélia Gonzales<sup>1</sup> e Angela Davis<sup>32</sup>: As Antígonas Negra**

---

<sup>1</sup> Lélia Gonzalez, fora uma mineira nascida em Belo Horizonte em 1 de fevereiro de 1935. Foi uma intelectual, política, professora e antropóloga brasileira. Seus escritos, simultaneamente permeados pelos cenários da ditadura política e da emergência dos movimentos sociais, são reveladores das múltiplas inserções e identificam sua constante preocupação em articular as lutas mais amplas da sociedade com a demanda específica dos negros e, em especial das mulheres negras. Os livros produzidos foram “Lugar de Negro”, Editora Marco Zero, 1982 (com Carlos Hasenbalg), “Festas Populares no Brasil”, premiado na Feira de Frankfurt. As demais referências da produção de Lélia Gonzalez são papers, comunicações, seminários, panfletos político -sociais, partidários, engajados, sempre de muita reflexão. Graduada em História, Geografia e Filosofia, aprofundou estudos nas áreas da Antropologia, da Sociologia, da Literatura, da Psicanálise, da teoria da Estética, da Cultura Brasileira, além de ter -se dedicado profundamente à Ciência, Cultura e História africanas. Como professora de Ensino Médio no Colégio de Aplicação Fernando Rodrigues da Silveira (UEG, atual UERJ), nos difíceis anos finais da década de 1960. Seus escritos e palestras, atuando contra o racismo e outras formas de discriminação, contribuíram para a formação acadêmica e cidadã de muitos dos que com ela conviveram, considerando que atuou nas universidades brasileiras por mais de 30 anos, até seu falecimento. Em seus últimos dias, foi eleita, chefe do Departamento de Sociologia, da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Quando faleceu, aos 59 anos, ainda tinha muito o que fazer, o que escrever, o que falar/comunicar/ensinar. Sua busca permanente e irrestrita na direção do conhecimento é identificada pela capacidade de interpretação que mostrou na crítica às ideologias e à hegemonia de dominação (de lógica machista, branca e européia) que



A partir de agora buscarei demonstrar como Angela e Lélia podem ser interpretadas como as Antigonas do Movimento Feminista Negro. No entanto, devido às características deste trabalho, não será possível apresentar completamente a trajetória de vida destas duas personagens da história do Movimento Negro e do Feminismo. No entanto, apresentar um pouco da vida destas mulheres faz-se necessário, pois compreendi que estas poderiam ser consideradas Antigonas, ao estudar suas biografias e produções bibliográficas e perceber que é/foi no decorrer de suas trajetórias políticas e acadêmicas que ambas lutaram contra as imposições e opressões postas em suas conjunturas.

Lélia e Angela Davis foram militantes reconhecidas nos movimentos negros feministas, como na vida política em partidos de esquerda. Elas sofreram críticas e questionamentos que toda figura pública esta sujeita, sobretudo quando se é mulher e negra. Elas foram mulheres que transitaram pelo mundo construindo e fortalecendo suas identidades, sendo estas de gênero e raça: a identidade da Mulher Negra. E foi a partir do lugar de Mulher Negra que elas conceberam o mundo e buscaram transformá-lo.

Da relação afetiva entre uma empregada doméstica e um ferroviário, nasceu a mineira Lélia de Almeida no dia 01 de fevereiro de 1935, última filha dos dezoito filhos que Dona Urcinda Seraphina de Almeida (descendente indígena) e Acácio Joaquim Almeida (afrodescendente) tiveram. Sendo filha mais nova de uma família pobre, Lélia tivera a possibilidade de estudar, graduando-se em História e Geografia em 1958 e em Filosofia no ano de 1962 na atual Universidade Estadual do Rio de Janeiro, pois ao contrário de seus irmãos, não necessitou trabalhar desde criança para ajudar no sustento da família, no entanto, durante os estudos universitários fora babá, tendo que dividir o

---

sempre forçou o povo negro ao lugar de submissão, de menor condição e capacidade. Lélia Gonzalez foi fundadora do Movimento Negro Unificado (MNU); do Instituto de Pesquisas das Culturas Negras do Rio de Janeiro (IPCN-RJ); do Nzinga Coletivo de Mulheres Negras; do Olodum (Salvador). Participou da primeira composição do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), de 1985 a 1989.

<sup>2</sup> Angela Davis é ativista política e uma das mulheres mais fortes a integrar o movimento Panteras Negras, majoritariamente masculino. Integrante também do Partido Comunista e defensora dos direitos das mulheres e atuante contra discriminação racial e social nos Estados Unidos. Foi homenageada por sua luta pelos direitos humanos, inclusive em músicas de John Lennon e Yoko) e Blues Legacies And Black Femism (O legado do Blues e o Feminismo Negro), dentre outros.

Ono e dos Rolling Stones. Atualmente é professora do Departamento de História da Universidade da Califórnia. É escritora dos livros: *Womem, RaceandClass* (Mulheres, Classe e Raça), *IfThey Come InTheMornig: VoiceOfResistance* (Quando Vier o Amanhecer: Vozes da Resistencia



seu tempo entre o trabalho e os estudos. Posterior a formação, começou a lecionar vindo a ser professora universitária.

Angela Yvonne Davis nasceu em 26 de janeiro de 1944 e também tivera a oportunidade de ser uma mulher negra que ocupou os bancos escolares e universitários de seu país, Estados Unidos, graduando-se em Filosofia (1965) tendo como orientador Hebert Marcuse e posteriormente tornou-se também professora universitária. Natural de Birmingham, no Estado do Alabama, sul dos Estados Unidos, Angela advém de uma família economicamente estável, classe média que, todavia, não estava isenta das desvantagens vividas pela comunidade negra estadunidense.

Consideradas mulheres excepcionais, Angela e Lélia afrontaram a sociedade desde crianças por conseguirem continuar estudando e adquirirem um capital cultural e intelectual que as mulheres negras, em sua maioria, não conseguem atingir e adquirir. Dominavam línguas estrangeiras, o que as possibilitavam ter acesso a bibliografias estrangeiras. Soma-se a isso, que ambas conseguiram viajar e estudaram fora de seus países, ampliando suas percepções sobre como se dão as relações sociais e o racismo numa esfera global.

Para mais, estas mulheres tornaram-se negras a partir de experiências que transformaram suas vidas. Lélia, a saber, casou-se com Luiz Gonzáles, um homem branco que conheceu na Universidade, mas a família de Luiz não admitia que este mantivesse casado com uma mulher negra, pressionando-o a deixar a relação, fato que o fez suicidar, pois não agüentara a pressão dos familiares sobre o seu relacionamento.

Após este acontecimento, Lélia voltara-se para si e começara a se ver como uma mulher negra, pois até então, o academicismo eurocentrado havia lhe feito negar toda sua ancestralidade africana e indígena. Angela reconheceu sua africanidade quando iniciou um relacionamento profissional e afetivo com George Jackson e envolveu-se com o movimento negro afro-americano em especial com o partido dos Panteras Negras. Angela tornou-se intelectual militante e começou a posicionar-se como uma mulher negra e comunista, voltando suas pesquisas para esta temática.

De acordo com a literatura, sem dúvidas o processo de conscientização política do pertencimento étnico/racial de ambas autoras fora atravessados pela discriminação de



gênero e raça. Após tais experiências, essas mulheres tornaram-se intelectuais militantes do feminismo, pois anteriormente já faziam parte dos movimentos sociais negros. Neste ínterim, no Brasil, Lélia Gonzales na década de 1970, fora determinante para o surgimento de um pensar sobre as questões de gênero atreladas às questões raciais dentro do Movimento Negro, como também dentro do Movimento Feminista. Conforme Rosália Lemos afirma,

Lélia Gonzales é um dos melhores exemplos a ser mencionado, como liderança, deste projeto de interferência no movimento negro. Foi sua ação que, em grande parte contribuiu para que hoje, em qualquer que seja o encontro, tenha-se o cuidado, inclusive por parte dos homens do movimento negro, de se incluir a discussão de gênero. (OLIVEIRA, 1997, p.156).

Contudo, a inserção da temática racial, nas discussões de gênero, cobraram de Lélia uma postura, uma performatividade. Ela agiu e sua ação incomodou. Considerada artilosa pelo movimento feminista, Lélia fora vista como a criadora de caso dentro do movimento feminista e do movimento negro, pois não aceitava que estes preocupassem apenas com determinadas pautas em detrimento de outras, que eram as demandas das mulheres negras.

Angela também fora extremamente importante para a inserção da temática racial no movimento feminista afro-americano. Ela, como muitos ícones daquela época, fora vista como um símbolo de luta, resistência, contestação e mudança. Mas, devido a necessidade de uma postura muitas vezes intransigente, Angela foi concebida como uma rebelde mulher negra, de cabelo estilo afro. Na visão de Barreto,

Angela sintetizou, na sua época, a figura mulher negra revolucionária: a sua imagem ficou associada à luta dos/as afro-americanos/as e representou tanto uma postura afirmativa quanto uma referência intelectual relevante para sua geração, marcada pela *fala* contundente embasada de denuncia ao racismo e ao capitalismo norte-americano. Ao mesmo tempo, transmitia uma simpatia a outras pessoas que não concordavam inteiramente com o seu posicionamento político. (BARRETO, 2005, p.60).

Lélia e Angela possuíram em suas trajetórias performatividades estratégicas, mas, sobretudo políticas. A forma como abarcavam e discutiam a interseccionalidade



entre gênero, raça e classe no contexto histórico de repressão que viviam, fizeram com que a forma como estas se apresentavam, se posicionavam fosse considerada transgressora, pois ultrapassara a visão cristalizada que a sociedade possuía sobre como deveria ser a postura de uma mulher.

Angela Davis transgrediu as normas do seu tempo ao usar, como ato político, seu cabelo afro com um corte demasiado extravagante e ousado para a época, no entanto, mais que uma opção estética, seu cabelo era a demarcação de sua postura e de sua etnicidade. Lélia, para além de assumir seu cabelo afro, usava indumentárias afro. Escolhas estéticas, que resistiam à imposição de um modelo de beleza eurocentrado que excluía as mulheres negras. Por este fato, assumir a africanidade, nestes contextos, era uma atitude política revolucionária.

Como professoras estas mulheres buscaram possuir uma relação equilibrada entre o engajamento político, a produção e transmissão dos conhecimentos por elas produzidos. Devido a postura política destas mulheres, houveram no meio acadêmico certa resistência e desconfiança à produção científica destas autoras. Lélia e Angela foram intelectuais engajadas que foram consideradas subversivas e perigosas, pois buscaram desconstruir alguns cânones do pensamento acadêmico, mas também denunciaram as ideologias conservadoras que contribuíam para a permanência das desigualdades raciais e de gênero na sociedade.

A estas ações somam-se a constante preocupação que estas mulheres possuíam em criar estratégias para que as mulheres negras possuíssem voz, mas que para além disto, que essas vozes ecoassem e fossem ouvidas, assim como que elas ouvissem a voz das mulheres que subordinadas de tal modo, não possuíam coragem e/ou possibilidade de exporem suas demandas.

Mas, de diferentes formas, estas mulheres buscaram serem ouvidas. Lélia Gonzales fizera inúmeros deslocamentos no meio acadêmico utilizando a escrita pra falar, reivindicar e afrontar todas as formas de desigualdades, pois para a mesma “ A academia define o uso da língua como reprodução, tradição; e para nós ela deve significar: subversão, luta, conquista e direito à fala.”<sup>43</sup>, Contudo, Lélia percebera a

---

<sup>3</sup> Segundo Barreto (2005) essa definição foi dada “por Fabiana Lima, mestre em Literatura Brasileira pela UFRJ e Professora de Língua Portuguesa do Colégio Pedro II do Humaitá”. (BARRETO, 2005, p. 34).



necessidade de sua voz chegar até os seus. Para isso, descera do trono do academicismo e buscou escrever e discursar de modo simples e compreensível todas suas análises.

Sem perder a densidade teórica e analítica conseguiu que seu discurso fosse compreendido pela população negra de diferentes extrações sociais e níveis de escolaridade. De acordo com Luiza Bairros, Lélia possuía um “linguajar popular, bem ao modo da fala carioca, salpicado de expressões acadêmicas, que até permitia que nós, os militantes mais novos, entendêssemos o que é epistemologia!” (BAIRROS, 2000, p.43)

Esta preocupação em ter voz e ser ouvida fora uma experiência que Angela Davis também vivera. Angela proferia debates e participava de palestras denunciando a repressão política que muitos eram vítimas, especialmente os membros dos Panteras Negras. Em seus discursos, Angela denunciava a criminalização da população negra nos Estados Unidos, mostrando quanto o racismo estava presente no sistema judicial norte-americano.

Vale salientar que, Angela Davis fora acusada de ser cúmplice de um assassinato e seqüestros ocorridos na Califórnia no Tribunal de San Rafael em Agosto de 1970, por ter sua arma utilizada por George Jackson. Ela fugira da Califórnia e fora uma das 10 pessoas mais procuradas pelo FBI em 1970, sendo presa em 13 de outubro do mesmo ano. Apenas em 1972 ocorreu o julgamento, sendo Angela integrante da defensoria em seu julgamento.

Em seu discurso no julgamento, percebemos a auto-afirmação de Angela enquanto uma mulher negra e comunista que era inocente, dentre outros aspectos que demonstra-nos sua coragem de dizer o que acredita. Por fim, o julgamento inocentou Angela, mas segundo Barreto

O intuito de criminalização de Angela tinha o objetivo bem nítido de *conter a influência de Angela na comunidade negra*, em especial o exemplo para outras mulheres negras. *Ela representava uma ameaça*, em grande medida no plano simbólico. Uma mulher negra que orgulhosamente se defendia como comunista disposta a lutar incansavelmente contra o capitalismo e o racismo, ao mesmo tempo,



*desafiava* as definições recorrentes a respeito das mulheres afro-americanas. (BARRETO, 2005, p. 73-74).

Angela representava uma ameaça pro Estado devido sua imponência e coragem de agir, de se apropriar do discurso e não temer as repressões. Ela desafiava as normas e buscava estratégias para transformar a realidade dos negros afro-americanos, tanto que se preocupava não somente em ter voz e ser ouvida, mas em escutar as falas de outras mulheres negras.

Através do Blues, primeira expressão artística negra do pós-abolição nos EUA, Angela buscou *escutar* através do Blues as demandas das mulheres afro-americanas não alfabetizadas e pobres, encontrando nas gravações letras que apresentavam como a sexualidade era tratada nos anos 20, percebendo formas diversificadas de se abordar a temática entres as mulheres conforme a classe social. Assim, podemos perceber que ambas mulheres desafiaram as normas causando deslocamentos na arena acadêmica, no movimento negro de seus respectivos países, como também afrontaram o Estado, sendo Angela por sua vez considerada uma ameaça.

A sensação de ameaça permanecera ainda mais, pois Lélia e Angela ousaram galgar um espaço dentro da esfera política. Além de atuarem nos movimentos sociais, filiaram-se em partidos políticos e disputaram eleições. Como deputada Estadual e Federal Lélia se candidatou<sup>5</sup>, enquanto Angela Davis à vice-presidência dos Estados Unidos pelo Partido Comunista com Guss Hall. Nenhuma obteve sucesso, no entanto, consideravam fundamental as mulheres negras disputarem o poder e fomentarem a formação política da população negra, organizando e executando um trabalho de base.

A participação destas mulheres na política fora demasiado importante, pois precisamos compreender que a esfera política fora por muitos anos considerada não pertencente às mulheres, quiçá as mulheres negras, logo, “A participação na política foi um fator de grande importância na trajetória de Angela e Lélia, por quebrarem com um monopólio considerado masculino, em um espaço público onde historicamente as mulheres não estão inseridas, em especial as negras.” (BARRETO, 2005, p.97) Não obstante, quebrar monopólio foi o que estas mulheres mais fizeram em suas trajetórias.



Foram mulheres que conseguiram estudar e adquirir um capital cultural e intelectual que muitas mulheres negras, devido às adversidades geradas pela herança colonial que carregam somadas ao sexismo, não conseguem; foram professoras universitárias deslocando perspectivas eurocentradas e evidenciando a necessidade de se pensar por outras perspectivas Afrolatinoamericanas; inseriram dentro do movimento negro e do movimento feminista a necessidade de se pensar as interseccionalidades para analisar as questões de gênero, evidenciando como a questão racial é um fator crucial para tais análises; afrontaram o Estado não temendo dizerem o que defendiam e por isso foram consideradas uma ameaça, pois eram subversivas, ardilosas; Galgaram um espaço na esfera política, lugar considerado não propício à feminilidade; e sobretudo, não executaram os papéis invisíveis e objetificados que historicamente as mulheres negras ocupam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Angela e Lélia, em seus respectivos contextos, não se submeteram nem dentro do movimento negro muito menos do movimento feminista ser coadjuvantes, no entanto, foram alvos de inúmeras pressões para que cumprissem o papel que está reservado para as mulheres e negras no imaginário social. O modo de ser, estar e agir de Lélia e Angela Davis romperam com a invisibilidade da mulher negra na esfera da produção do conhecimento e na ação política dos militantes do movimento feminista negro brasileiro e afro-americano nos EUA.

Elas foram mulheres que desafiaram o Estado, as normas, que agiram e tomaram posse do discurso. Causaram inúmeros deslocamentos e, sobretudo ocuparam a esfera política, considerada não pertencente às mulheres. Deste modo, tendo Antígona de Sófocles como horizonte de análise, como modelo de mulher que transgrediu e se apropriou do discurso, considerado masculino, para defender e assumir o seu ato, sua ação em prol dos idéias, das leis não escritas que ela acreditava, apresentei Angela e Lélia como mulheres que me fizeram enxergar a Antígona em seus modos de ser, estar e agirem.



Em suas trajetórias podemos visualizar a astúcia de Antígona em cada uma dessas mulheres. Apresentá-las concomitantemente foi uma estratégia para que pudéssemos perceber que ambas, mesmo em contextos diferentes, possuíam performatividades e um posicionamento no mundo que transgrediam as normas vigentes de gênero, por serem mulheres e negras.

Logo, na história de vida destas mulheres podemos perceber a força, a ardilosidade, a ousadia, o afrontamento, o uso da voz, os deslocamentos no âmbito prático e do discurso que elas causaram ao Agir, ao demonstrarem que Ser Mulher Negra é resistir e resistir é Agir, é Afrontar como Antígona o autoritarismo do Estado, o racismo e o sexismo frutos da heteronormatividade.

Acredito que como Antígona, Lélia e Angela Davis através de uma série de poderosos atos físicos e lingüísticos conseguiram demonstrar que as mulheres negras tem voz e que elas ecoam desde África com Nzinga com muita força e resistência. E mesmo que, após 128 anos passados da escravidão negra no Brasil, as vozes dessas mulheres negras ecoem baixo e elas ainda vivam uma vulnerabilidade concreta, suas vozes continuarão ecoando sempre, pois no fundo, todas nós, mulheres negras, somos uma Antígona, uma Nzinga, uma Lélia, uma Angela Davis, uma Luiza Bairos e jamais deixaremos nossas vozes sucumbir, pois antes de toda opressão, somos descendentes de guerreiras e guerreiros e resistiremos até o fim!

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, W. R. de; WALTER, F.F. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006, 320p. Disponível em < <http://acbantu.org.br/img/Pdfs/livro03.pdf> > Acesso em: 01 jul. 2016.

ASSIS, D.N.C. de. *Sobre griots: por uma história das mulheres negras, por elas mesmas*. Disponível em: < <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/SOBRE-GRIOTS.pdf> > Acesso em: 18 jun. 2016.

BAIROS, L. Lembrando Lélia Gonzalez. In: WERNECK, J; MENDONÇA, M; WHITE, E. (org). *O livro da saudade das mulheres negras: nossos passos vêm de longe*. Rio de Janeiro: Pallas/Criola, 2000.



BARBOSA, E. G; SILVA, S. A. B. da. Mulheres invisíveis: a imagem da mulher negra no jornalismo de revista feminino brasileiro. *Revista Científica do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão*, v. I, n.5, ano XIX. Disponível em < [http://www.cambiassu.ufma.br/cambi\\_2009/silvano.pdf](http://www.cambiassu.ufma.br/cambi_2009/silvano.pdf)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

BARRETO, R. de Andrade. *Enegrecendo o feminismo ou feminilizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzales*. Dissertação (Mestrado em Historia Social da Cultura) - Centro de Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005, 128p.

BEAVOIR, S. de. *O segundo sexo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BUTLER, J. *O clamor de Antígona: parentesco entre a vida e a morte*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014. 127p.

CASTRO, S. E. S. de. *Marcadores sociais da diferença: sobre as especificidades da mulher negra no Brasil*. Disponível em: <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/marcadores-sociais-da-diferenc3a7a-sobre-as-especificidades-da-mulher-negra-no-brasil-silvia-elaine-santos-de-castro1.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2016.

CARDOSO, C. P. Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzales. In: *Revista Estudos Feministas*, v..22, n..3. Florianópolis, Set./Dez. 2014. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n3/15.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

CARNEIRO, S. Mulheres em movimento. *Estudos avançados*, v. 17, n 49, 2003. p.117-132. Disponível em < <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9948/11520>> Acesso em: 18 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. *Lélia Gonzalez: o feminismo negro no palco da história*. Brasília: Abravídeo, 2014, 120p.

COELHO, A.M.S; GOMES, S. da S. *O movimento feminista negro e suas particularidade na sociedade brasileira*. Disponível em <<http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo6/o-movimento-feminista-negro-e-suas-particularidades-na-sociedade-brasileira.pdf>> Acesso em: 20 Jun. 2016.

GONZALEZ, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: *Revista Ciências Sociais Hoje*, ANPOCS,1984, p. 223-244. Disponível em <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/racismo-e-sexismo-na-cultura-brasileira-e28093-lc3a9lia-gonzales.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. Por um *feminismo afrolatino americano*. Disponível em



<[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/271077/mod\\_resource/content/1/Porto%20u%20m%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/271077/mod_resource/content/1/Porto%20u%20m%20feminismo%20Afro-latino-americano.pdf)> Acesso em: 20 jun. 2016.

\_\_\_\_\_. A categoria político-cultural de amefricanidade, *Tempo Brasileiro*, Rio de Janeiro, nº92/93, pp.69-82, jan/jun. 1988. Disponível em <<https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/a-categoria-polc3adtico-cultural-de-amefricanidade-lelia-gonzales1.pdf>> Acesso em: 20 jun. 2016.

HOOKS, B. *Intelectuais negras*. 1995, ano 3, p.468. Disponível em <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16465/15035> Acesso em: 18 Jun. 2016

LIMA, D. da C. *Luiza Mahin: história, mito, ficção? Repensando uma figura enigmática*. Revista *África e Africanidades*. n.13, ano IV, 2011. Disponível em: <<http://www.africaeaficanidades.com.br/documentos/13052011-08.pdf>> Acesso em: 18 jun. 2016.

OLIVEIRA, L. P. R. de; CASSAB, L.A. *O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas*. 2014. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10\\_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf)> Acesso em: 20 Jun. 2016.

OLIVEIRA, R. L. de. *Feminismo negro em construção: a organização do movimento de mulheres negras no Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Departamento de Psicologia, 1997.

PINTO, C.R. J. Feminismo, história e poder. *Revista Sociologia e Política*. V. 18, n. 36. Curitiba, Jun. 2010. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>> Acesso em: 01 Jul. 2016.